

O FUTURO DA EJAI NO BRASIL: REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE PERMANÊNCIA, INCLUSÃO E JUSTIÇA SOCIAL

THE FUTURE OF EJAI IN BRAZIL: A SYSTEMATIC REVIEW ON RETENTION, INCLUSION, AND SOCIAL JUSTICE

José Rinaldo Domingos de Melo¹
Severina Verônica dos Santos²

RESUMO:

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) ocupa posição estratégica no sistema educacional brasileiro ao assegurar o direito à educação para sujeitos que tiveram seus percursos escolares interrompidos ou negados ao longo da vida. Em um cenário marcado por profundas desigualdades sociais, econômicas e educacionais, a modalidade assume papel fundamental na promoção da inclusão, da cidadania e da justiça social. Entretanto, a EJAI enfrenta desafios históricos relacionados à evasão escolar, ao financiamento insuficiente, à fragilidade das políticas públicas e às transformações demográficas e tecnológicas que redefinem as demandas educacionais contemporâneas. Nesse contexto, torna-se necessário refletir sobre o futuro da modalidade, considerando os desafios e as possibilidades para fortalecimento de sua função social. O presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de revisão sistemática da literatura, as perspectivas futuras da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, com foco nos temas da permanência escolar, inclusão educacional e justiça social. A pesquisa fundamenta-se na análise de artigos científicos, documentos normativos, relatórios institucionais e produções acadêmicas publicadas entre 2020 e 2025, além de obras clássicas relevantes para compreensão da temática. Os resultados indicam que o fortalecimento da permanência escolar depende da implementação de políticas integradas de assistência estudantil, acolhimento e flexibilização pedagógica. Observou-se também que a inclusão educacional exige reconhecimento da diversidade dos sujeitos da EJAI, valorização de suas trajetórias e ampliação do acesso às tecnologias digitais. Além disso, verificou-se que a justiça social permanece como fundamento central da modalidade, exigindo investimentos públicos consistentes e compromisso político com a democratização do direito à educação. Conclui-se que o futuro da EJAI depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas humanizadoras e estratégias de inclusão capazes de responder às demandas dos sujeitos contemporâneos, reafirmando a educação como instrumento de emancipação, equidade e transformação social.

Palavras-chave: EJAI. Permanência escolar. Inclusão educacional. Justiça social.

ABSTRACT:

Adult, Youth and Elderly Education (EJAI) occupies a strategic position in the Brazilian educational system, ensuring the right to education for individuals whose schooling has been interrupted or denied throughout their lives. In a scenario marked by profound social, economic, and educational inequalities, this modality plays a fundamental role in promoting inclusion,

¹ Doutorado em Ciências da Educação - Christian Business School (2024). Revalidado pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, Processo:00577.3.69021/06-2024. Mestrado em Ciências da Educação - Christian Business School (2019). Revalidado pela Universidade Metropolitana de Santos Unimes, Processo:00953.4.65705/04-2024, Graduado em Direito, Graduado em Engenharia Civil Pela Faculdade Católica Paulista, Bacharel em Contabilidade, Eng. Segurança do Trabalho, Pela Faculdade Prominas-Única. E-mail: rinaldo.domingos@ufrpe.br.

² Professora de carreira do município de Jaboatão dos Guararapes

citizenship, and social justice. However, EJAI faces historical challenges related to school dropout, insufficient funding, weak public policies, and demographic and technological transformations that redefine contemporary educational demands. In this context, it becomes necessary to reflect on the future of this modality, considering the challenges and possibilities for strengthening its social function. This study aims to analyze, through a systematic literature review, the future perspectives of Adult, Youth and Elderly Education in Brazil, focusing on the themes of school retention, educational inclusion, and social justice. This research is based on the analysis of scientific articles, normative documents, institutional reports, and academic productions published between 2020 and 2025, as well as classic works relevant to understanding the topic. The results indicate that strengthening school retention depends on the implementation of integrated policies for student assistance, welcoming, and pedagogical flexibility. It was also observed that educational inclusion requires recognition of the diversity of EJAI (Youth and Adult Education) students, valuing their trajectories, and expanding access to digital technologies. Furthermore, it was found that social justice remains a central foundation of this modality, requiring consistent public investments and a political commitment to the democratization of the right to education. It is concluded that the future of EJAI depends on the articulation between public policies, humanizing pedagogical practices, and inclusion strategies capable of responding to the demands of contemporary individuals, reaffirming education as an instrument of emancipation, equity, and social transformation.

Keyword: EJAI. School retention. Educational inclusion. Social justice.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos representa uma das mais importantes estratégias de democratização do acesso à educação no Brasil. Destinada aos sujeitos que não concluíram seus estudos na idade considerada regular, a modalidade desempenha papel essencial na redução das desigualdades educacionais e na promoção da cidadania. Sua existência está diretamente associada ao reconhecimento da educação como direito humano fundamental e como instrumento indispensável para participação social, inserção profissional e desenvolvimento humano.

Ao longo da história brasileira, a EJAI foi marcada por avanços e retrocessos que refletem as próprias contradições sociais do país. Desde as campanhas de alfabetização do século XX até as políticas contemporâneas voltadas à educação ao longo da vida, a modalidade passou por diferentes concepções pedagógicas e políticas. Conforme argumenta Haddad (2021), a educação de jovens e adultos sempre esteve vinculada às disputas em torno da democratização do acesso ao conhecimento e da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Apesar dos avanços legais conquistados após a Constituição Federal de 1988, persistem desafios significativos relacionados à garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos. Os índices de evasão escolar permanecem elevados, especialmente entre estudantes que conciliam estudo, trabalho e responsabilidades familiares. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2024), a permanência dos

estudantes continua sendo uma das principais dificuldades enfrentadas pelas redes de ensino que ofertam a modalidade.

A permanência escolar constitui fenômeno complexo que ultrapassa a simples presença física dos estudantes na escola. Conforme observa Arroyo (2021), permanecer implica desenvolver vínculos com a instituição, reconhecer sentido nos processos educativos e encontrar condições materiais e simbólicas que favoreçam a continuidade dos estudos. Nesse sentido, compreender o futuro da EJAI exige análise aprofundada dos fatores que influenciam a permanência dos educandos e das estratégias capazes de enfrentar os processos de evasão.

Outro tema central para o futuro da modalidade refere-se à inclusão educacional. A EJAI atende sujeitos marcados por múltiplas formas de diversidade, incluindo diferenças etárias, culturais, territoriais, étnico-raciais, de gênero e de condições socioeconômicas. Além disso, observa-se crescimento da presença de pessoas com deficiência, migrantes e indivíduos em situação de vulnerabilidade social nos espaços educativos. Conforme destaca Mantoan (2022), a inclusão exige superação de práticas homogeneizadoras e construção de ambientes educacionais capazes de reconhecer e valorizar as diferenças.

As transformações tecnológicas também impõem novos desafios à modalidade. A pandemia de COVID-19 evidenciou desigualdades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais e revelou a necessidade de ampliação das competências digitais entre estudantes e profissionais da educação. Segundo relatório da UNESCO (2023), a inclusão digital tornou-se componente indispensável para efetivação do direito à educação no século XXI. Nesse contexto, o futuro da EJAI encontra-se diretamente relacionado à capacidade de integrar inovação tecnológica e inclusão social.

A discussão sobre justiça social ocupa posição central nesse debate. A educação de jovens, adultos e idosos não pode ser compreendida apenas como mecanismo de certificação escolar, mas como política pública voltada à reparação de desigualdades historicamente produzidas. Conforme argumenta Freire (2021), a educação deve contribuir para que os sujeitos se reconheçam como protagonistas de suas histórias e agentes de transformação social. Essa perspectiva reforça o compromisso ético e político da EJAI com a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva. A literatura contemporânea demonstra preocupação crescente com os impactos das mudanças demográficas sobre a modalidade. O envelhecimento populacional brasileiro, a redução das taxas de natalidade e as transformações no mundo do trabalho produzem novas demandas educacionais que desafiam os modelos tradicionais de oferta da EJAI.

A Educação de Jovens, Adultos e Idosos ocupa posição estratégica na promoção do direito à educação e na redução das desigualdades sociais. Segundo Haddad (2021), a modalidade deve ser compreendida como política pública voltada à garantia de direitos historicamente negados a amplos segmentos da população brasileira. Essa perspectiva reforça o caráter reparador e emancipatório da EJAI, situando-a no campo das políticas de inclusão e justiça social.

A permanência escolar constitui um dos temas mais relevantes nas discussões contemporâneas sobre a modalidade. Conforme argumenta Arroyo (2021), a evasão escolar não pode ser interpretada exclusivamente como escolha individual dos estudantes, mas como fenômeno associado às desigualdades estruturais que afetam os sujeitos da EJAI. Fatores relacionados ao trabalho, à renda, à mobilidade urbana, às responsabilidades familiares e às experiências anteriores de fracasso escolar influenciam diretamente a continuidade dos estudos.

A literatura recente aponta que políticas de permanência devem ultrapassar abordagens centradas exclusivamente na dimensão pedagógica. Segundo Di Pierro (2022), a garantia da permanência exige articulação entre políticas educacionais, assistência social, transporte, alimentação e apoio psicossocial. Essa compreensão amplia a responsabilidade institucional sobre o enfrentamento da evasão escolar.

A inclusão educacional também ocupa posição central nos debates contemporâneos. Conforme destaca Mantoan (2022), a inclusão pressupõe reconhecimento da diversidade como característica constitutiva dos espaços educativos. Na EJAI, essa diversidade manifesta-se por meio das diferenças culturais, etárias, étnico-raciais, de gênero, territoriais e das condições de deficiência presentes entre os estudantes.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à inclusão digital. Segundo relatório da UNESCO (2023), a transformação tecnológica exige desenvolvimento de competências digitais capazes de ampliar a participação dos sujeitos na sociedade contemporânea. Os estudos analisados indicam que a EJAI precisa incorporar estratégias voltadas à alfabetização digital e ao uso crítico das tecnologias educacionais.

A justiça social aparece como fundamento teórico e político da modalidade. Freire (2021) argumenta que a educação deve contribuir para superação das desigualdades e fortalecimento da participação democrática. Nesse sentido, a EJAI representa espaço de construção da cidadania e de ampliação das oportunidades educacionais para sujeitos historicamente excluídos.

A perspectiva da educação ao longo da vida também ganha destaque na literatura recente. Conforme observa Paiva (2022), o envelhecimento populacional e as transformações no mundo do trabalho exigem ampliação das funções tradicionalmente atribuídas à modalidade. A educação deixa de ser compreendida como etapa limitada à juventude para assumir caráter permanente e contínuo ao longo da existência humana.

Os estudos contemporâneos convergem para o entendimento de que o futuro da EJAI depende da construção de políticas públicas capazes de articular permanência, inclusão e justiça social. Essa integração mostra-se fundamental para fortalecimento da modalidade e efetivação do direito à educação em contextos marcados pela diversidade e pela desigualdade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como revisão sistemática da literatura, de natureza básica, abordagem qualitativa e objetivo exploratório-descritivo. O estudo foi desenvolvido com a finalidade de analisar as perspectivas futuras da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, com foco nos temas da permanência escolar, inclusão educacional e justiça social.

O levantamento bibliográfico foi realizado mediante consultas às bases Google Scholar, SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e documentos produzidos por organismos nacionais e internacionais relacionados à educação.

Foram utilizados os descritores “Educação de Jovens e Adultos”, “EJAI”, “permanência escolar”, “inclusão educacional”, “justiça social”, “educação ao longo da vida” e “políticas educacionais”, combinados por meio dos operadores booleanos AND e OR.

Como critérios de inclusão foram selecionados artigos científicos, livros, dissertações, teses, relatórios institucionais e documentos normativos publicados prioritariamente entre 2020 e 2025, além de obras clássicas consideradas fundamentais para compreensão da temática. Foram excluídos materiais sem rigor científico e estudos sem aderência aos objetivos da pesquisa.

Após a seleção das fontes, realizou-se leitura exploratória, seletiva e analítica dos materiais. Os dados foram organizados em categorias temáticas relacionadas à permanência escolar, inclusão educacional, justiça social e perspectivas futuras da EJAI. A análise foi conduzida mediante técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin

(2016), permitindo identificar tendências, desafios e possibilidades presentes na literatura especializada.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise sistemática da literatura permitiu identificar que o futuro da Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI) no Brasil está diretamente relacionado à capacidade das políticas educacionais de responder aos desafios históricos da permanência escolar, da inclusão educacional e da promoção da justiça social. Os estudos examinados convergem ao demonstrar que a modalidade permanece fundamental para garantia do direito à educação de milhões de brasileiros que tiveram seus percursos escolares interrompidos por fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais. Entretanto, a efetividade dessa função social depende da superação de obstáculos estruturais que historicamente limitam seu alcance e sua qualidade.

Um dos principais resultados observados refere-se à permanência escolar. A literatura contemporânea demonstra que a evasão continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pela EJAI. Segundo Di Pierro (2022), as taxas de abandono nessa modalidade permanecem significativamente elevadas em razão das múltiplas vulnerabilidades vivenciadas pelos estudantes. Diferentemente do ensino regular, os sujeitos da EJAI frequentemente conciliam estudo, trabalho, cuidados familiares e responsabilidades econômicas, tornando a permanência escolar condicionada a fatores que ultrapassam o ambiente educativo.

Os estudos analisados revelam que a permanência escolar não pode ser compreendida apenas como frequência às aulas. Conforme argumenta Arroyo (2021), permanecer significa construir vínculos com a escola, reconhecer sentido na experiência educativa e encontrar condições materiais e simbólicas para continuidade dos estudos. Nesse contexto, os resultados indicam que políticas de permanência precisam incorporar ações relacionadas ao transporte escolar, alimentação, assistência estudantil, acolhimento psicossocial e flexibilização dos processos pedagógicos.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à necessidade de construção de currículos mais significativos e contextualizados. A literatura aponta que muitos estudantes abandonam a escola quando não conseguem perceber relevância prática nos conteúdos trabalhados. Segundo Charlot (2021), a relação com o saber depende diretamente do significado atribuído à aprendizagem pelos sujeitos. Os estudos revisados indicam que propostas curriculares conectadas às experiências de vida, ao

mundo do trabalho e às demandas sociais dos estudantes favorecem maior engajamento e permanência.

A inclusão educacional aparece como segundo eixo central das discussões sobre o futuro da EJAI. Os resultados revelam que a modalidade atende população extremamente diversa, composta por jovens trabalhadores, adultos em processo de retomada da escolarização, idosos, pessoas com deficiência, populações do campo, povos tradicionais, migrantes e indivíduos em situação de vulnerabilidade social. Conforme destaca Mantoan (2022), a inclusão não se limita ao acesso físico à escola, mas envolve participação efetiva, reconhecimento das diferenças e garantia de oportunidades reais de aprendizagem.

Os estudos analisados demonstram que a diversidade presente na EJAI constitui potencial pedagógico significativo, embora ainda existam desafios relacionados à construção de práticas verdadeiramente inclusivas. A literatura aponta que modelos pedagógicos excessivamente homogêneos tendem a desconsiderar as especificidades dos estudantes, dificultando processos de aprendizagem e permanência. Nesse sentido, os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento das políticas de educação inclusiva e da formação docente voltada ao atendimento das múltiplas diversidades presentes na modalidade.

A inclusão digital emerge como tema de grande relevância para o futuro da EJAI. A pandemia de COVID-19 evidenciou profundas desigualdades relacionadas ao acesso às tecnologias digitais, revelando limitações que afetam diretamente os processos educativos. Segundo relatório da UNESCO (2023), a inclusão digital tornou-se requisito fundamental para participação social, exercício da cidadania e acesso ao conhecimento no século XXI. Os estudos analisados indicam que a ampliação da conectividade, do acesso a equipamentos tecnológicos e da formação digital dos estudantes constitui desafio estratégico para os próximos anos.

Outro resultado relevante refere-se à transformação do perfil dos estudantes da modalidade. A literatura demonstra que a EJAI contemporânea apresenta crescente heterogeneidade etária, cultural e social. Conforme observa Paiva (2022), a modalidade deixou de atender exclusivamente adultos em processo de alfabetização para acolher sujeitos com diferentes níveis de escolarização e distintas demandas formativas. Essa transformação exige revisão das práticas pedagógicas tradicionais e desenvolvimento de abordagens mais flexíveis e personalizadas.

A justiça social aparece como fundamento estruturante das discussões sobre o futuro da modalidade. Os estudos analisados convergem ao afirmar que a EJAI possui

função que ultrapassa a certificação escolar, atuando como instrumento de reparação histórica das desigualdades educacionais. Conforme argumenta Freire (2021), a educação deve contribuir para construção de uma sociedade mais democrática, permitindo que os sujeitos compreendam criticamente sua realidade e participem ativamente dos processos de transformação social.

Os resultados revelam que a promoção da justiça social depende diretamente do fortalecimento das políticas públicas voltadas à modalidade. Diversos autores apontam que a EJAI frequentemente ocupa posição secundária nas agendas governamentais e nos processos de financiamento educacional. Segundo Haddad (2021), a fragilidade institucional da modalidade compromete a implementação de políticas de longo prazo e dificulta a consolidação de estratégias voltadas à permanência e à inclusão dos estudantes.

A análise da literatura também evidencia a importância da valorização dos profissionais que atuam na modalidade. Os estudos indicam que a formação inicial e continuada dos docentes constitui elemento essencial para construção de práticas pedagógicas capazes de responder à complexidade dos contextos educativos da EJAI. Conforme observa Nóvoa (2022), os desafios contemporâneos da educação exigem profissionais preparados para atuar em cenários marcados pela diversidade, pela inclusão e pelas transformações sociais aceleradas.

Outro aspecto amplamente discutido refere-se à perspectiva da educação ao longo da vida. Os resultados demonstram que o envelhecimento populacional e as transformações do mundo do trabalho tendem a ampliar a importância da aprendizagem contínua nas próximas décadas. Segundo a UNESCO (2023), a educação deve ser compreendida como processo permanente que acompanha os sujeitos ao longo de toda a existência. Nesse contexto, a EJAI assume papel estratégico ao oferecer oportunidades educacionais para diferentes fases da vida.

Os estudos analisados apontam ainda para a necessidade de fortalecimento da articulação entre educação, trabalho e desenvolvimento social. A literatura demonstra que muitos estudantes procuram a modalidade buscando melhores condições de inserção profissional e ampliação das oportunidades econômicas. Contudo, os autores alertam que a formação não pode ser reduzida a perspectivas estritamente utilitaristas. Conforme argumenta Freire (2021), a educação deve promover desenvolvimento humano integral, articulando formação técnica, cidadania e emancipação social.

Outro resultado significativo refere-se à humanização dos espaços educativos.

Os estudos revelam que ambientes escolares acolhedores, democráticos e participativos

favorecem a construção do pertencimento e fortalecem a permanência dos estudantes. A valorização das trajetórias individuais, o reconhecimento dos saberes prévios e a construção de relações pedagógicas baseadas no diálogo aparecem como estratégias fundamentais para o fortalecimento da modalidade.

A literatura contemporânea também destaca a necessidade de monitoramento constante das políticas educacionais voltadas à EJAI. A produção de indicadores específicos, a realização de avaliações qualitativas e o acompanhamento das trajetórias dos estudantes são apontados como instrumentos importantes para aprimoramento das ações institucionais. Os resultados demonstram que a ausência de dados sistematizados dificulta a elaboração de políticas públicas capazes de responder adequadamente às necessidades da modalidade.

De maneira geral, os estudos convergem para o entendimento de que o futuro da EJAI dependerá da capacidade do Estado e da sociedade de reconhecer sua relevância estratégica para construção de uma educação mais inclusiva e socialmente justa. A permanência escolar, a inclusão educacional e a justiça social não aparecem como objetivos isolados, mas como dimensões interdependentes que devem orientar as políticas e práticas educacionais voltadas aos jovens, adultos e idosos brasileiros.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as perspectivas futuras da Educação de Jovens, Adultos e Idosos no Brasil, com foco nos temas da permanência escolar, inclusão educacional e justiça social. A revisão sistemática realizada permitiu compreender que a modalidade permanece essencial para garantia do direito à educação e para enfrentamento das desigualdades históricas que marcam a sociedade brasileira.

Os resultados demonstraram que a permanência escolar continua sendo um dos principais desafios da EJAI. Verificou-se que a evasão está associada a fatores econômicos, sociais, culturais e institucionais que exigem respostas integradas por parte das políticas públicas. A construção de estratégias de acolhimento, assistência estudantil, flexibilização curricular e fortalecimento dos vínculos escolares mostrou-se fundamental para ampliação das condições de permanência dos estudantes.

A pesquisa também evidenciou que a inclusão educacional constitui dimensão central para o futuro da modalidade. A diversidade dos sujeitos atendidos exige práticas pedagógicas sensíveis às diferenças e comprometidas com a promoção da equidade. A ampliação da inclusão digital, o fortalecimento da educação inclusiva e o

reconhecimento das múltiplas identidades presentes na EJAI configuram desafios estratégicos para os próximos anos.

Outro aspecto relevante identificado refere-se à justiça social como fundamento da modalidade. A EJAI representa importante mecanismo de reparação das desigualdades educacionais historicamente produzidas e permanece vinculada à promoção da cidadania e da participação democrática. Nesse sentido, seu fortalecimento depende da consolidação de políticas públicas comprometidas com a democratização do acesso ao conhecimento e com a valorização dos sujeitos historicamente excluídos dos processos formais de escolarização.

A análise também revelou que as transformações demográficas, tecnológicas e econômicas exigem ampliação das funções tradicionalmente atribuídas à modalidade. A perspectiva da educação ao longo da vida tende a ganhar relevância crescente, ampliando o papel da EJAI na formação contínua dos cidadãos e na promoção da inclusão social.

Como limitação, destaca-se o caráter exclusivamente bibliográfico da pesquisa. Recomenda-se que estudos futuros desenvolvam investigações empíricas envolvendo estudantes, professores, gestores e formuladores de políticas públicas, ampliando a compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pela modalidade.

Conclui-se que o futuro da Educação de Jovens, Adultos e Idosos dependerá da capacidade coletiva de transformar permanência, inclusão e justiça social em compromissos efetivos das políticas educacionais brasileiras.

Mais do que garantir certificação escolar, a EJAI deve permanecer como espaço de construção da cidadania, fortalecimento da democracia e promoção da dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2021.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação**. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos*. Brasília: MEC, 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação**. *Política Nacional de Recuperação das Aprendizagens na Educação Básica*. Brasília: MEC, 2023.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Porto Alegre: Artmed, 2021.

DI PIERRO, Maria Clara. **Educação de Jovens e Adultos no Brasil: desafios contemporâneos e perspectivas futuras**. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 27, p. 1-20, 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 67. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 78. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

HADDAD, Sérgio. *Educação de Jovens e Adultos: memória, história e desafios contemporâneos*. São Paulo: Cortez, 2021.

INEP. *Censo Escolar da Educação Básica 2024*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2024.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 3. ed. São Paulo: Summus, 2022.

NÓVOA, António. *Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola*. Lisboa: Educa, 2022.

PAIVA, Jane. **Educação de Jovens e Adultos e educação ao longo da vida: perspectivas para o século XXI**. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 43, p. 1-18, 2022.

SAVIANI, Dermeval. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021.

UNESCO. *Global Report on Adult Learning and Education (GRALE 5)*. Paris: UNESCO Institute for Lifelong Learning, 2022.

UNESCO. *Global Education Monitoring Report 2023: Technology in Education*. Paris: UNESCO, 2023.

UNICEF. *Cenário da exclusão escolar no Brasil: impactos da pandemia e desafios para a permanência escolar*. Brasília: UNICEF, 2022.

YOUNG, Michael. *Conhecimento e currículo: do socioconstrutivismo ao realismo social na sociologia da educação*. Porto: Porto Editora, 2020.

Submetido em: 12 de Junho de 2026

Aprovado em: 16 de Junho de 2026

Publicado em: 18 de Junho de 2026